



BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S.A.

C.N.P.J. 10.371.492/0001-85



Relatório da Administração

O Banco Yamaha Motor do Brasil S.A., constituído em 24 de julho de 2008, iniciou suas atividades em 3 de novembro de 2008, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento. O foco do Banco Yamaha é o financiamento de seus concessionários, através de operações de Floor Plan, e dos clientes de seus concessionários, através de operações de crédito direto ao consumidor para a aquisição de produtos Yamaha. **Pandemia COVID-19** Diante dos desafios gerados decorrentes da pandemia COVID-19 respectivamente observamos a rápida adaptabilidade do Banco Yamaha Motor do Brasil a cenários adversos, suportada por uma sólida posição de balanço e um modelo de negócios bem definido. Em 2021 mantivemos nossas atividades ininterruptamente, priorizando sempre as necessidades dos clientes, onde especificamente oferecemos planos de prorrogação de parcelas com objetivo de proporcionar maior capacidade financeira aos mesmos. Em relação aos modelos de riscos atuamos tempestivamente, o que proporcionou a manutenção em patamares controlados a qualidade da carteira de crédito. O relacionamento com nossos principais parceiros foi refinado, com destaque para as adaptações no formato de atendimento e formalização, possibilitando alternativas para a originção dos negócios. Em relação a nossos colaboradores, reforçamos nosso compromisso com a transformação, estendendo o modelo de home office, onde observou-se o engajamento e o aumento da produtividade. Como efeito das nossas ações no período, observamos a manutenção dos nossos índices de eficiência. **Desempenho Financeiro** O Banco Yamaha encerrou o **exercício de 2021** com um crescimento de **23,3%** na carteira de crédito (11,8% em 2020). O Lucro Líquido no exercício foi de **R\$ 95.875 mil** (R\$ 60.497 mil em 2020). O Lucro Líquido no exercício foi de **R\$ 95.875 mil** (R\$ 60.497 mil em 2020), com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio (ROE) no exercício de **2021 de 24,8%** (21,5% em 2020). O Índice de Basileia aprovado em bases prudenciais fechou o exercício em **33,31%** (29,27% em 2020). Submetemos à apreciação às Demonstrações Financeiras Individuais do Banco Yamaha Motor do Brasil S.A., encerradas em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Guarulhos, 07 de março de 2022

A Administração

Balanco Patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Notas Explicativas	2021	2020
ATIVO			
Circulante		803.808	664.388
Disponíveis	4 e 5	110.628	99.743
Instrumentos Financeiros		750.380	608.941
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	6	14.191	2.173
Operações de Crédito.....	8	736.189	606.666
Outros Ativos		1.236	266
Ativos não financeiros mantidos para venda.....		86	73
Despesas Antecipadas.....		442	-
Diversos.....	9	708	193
Provisões		(58.436)	(44.462)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	8(e)(f)	(58.396)	(44.431)
Provisões para Desvalorizações - Ativos não financeiros mantidos para venda.....		(40)	(31)
Não Circulante		1.051.919	847.482
Realizável a Longo Prazo		1.051.919	846.638
Instrumentos Financeiros		1.012.220	792.709
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	6	40.252	3.855
Operações de Crédito.....	8	970.968	788.854
Outros Ativos		3.622	4.515
Ativos não financeiros mantidos para vendas.....		2.806	3.680
Diversos.....	9	816	835
Provisões		(49.819)	(37.107)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	8(e)(f)	(49.227)	(36.305)
Provisões para Desvalorizações - Ativos não financeiros mantidos para venda.....		(592)	(802)
Ativos Fiscais diferidos	18(b)(c)	86.481	86.721
Imobilizado de uso	10	207	207
Outras Imobilizações de Uso.....		415	415
(Depreciações Acumuladas).....		(208)	(128)
Intangível	11	208	357
Ativos Intangíveis.....		2.011	1.960
(Amortização Acumulada).....		(1.803)	(1.603)
Total do Ativo		1.855.727	1.511.870

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais)							
	Notas Explicativas	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		119.000	-	8.579	96.657	-	221.530
Lucro Líquido do Exercício.....		-	-	-	-	60.497	60.497
Aumento de Capital.....	7.a	75.000	-	-	(75.000)	-	-
MTM Hedge de Fluxo de Caixa.....	7.a	-	-	-	(1.526)	-	(1.526)
Destinação de Lucros (Reserva Legal).....		-	-	3.025	-	(3.025)	-
Reserva Especial de Lucro.....		-	-	-	57.472	(57.472)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		194.000	-	11.604	79.129	(3.832)	280.901
Lucro Líquido do Exercício.....		-	-	-	-	95.875	95.875
MTM Hedge de Fluxo de Caixa.....	7.a	-	-	-	-	9.838	9.838
Destinação de Lucros (Reserva Especial de Lucro).....		-	-	-	-	-	-
Reserva Legal.....		-	-	4.794	-	(4.794)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		194.000	-	16.398	170.210	6.006	386.614
Saldo em 30 de junho de 2021		194.000	-	14.026	79.129	2.122	46.009
Lucro Líquido do Semestre.....		-	-	-	-	47.444	47.444
MTM Hedge de Fluxo de Caixa.....	7.a	-	-	-	-	3.884	3.884
Destinação de Lucros (Reserva Legal).....		-	-	2.372	-	(2.372)	-
Reserva Especial de Lucro.....		-	-	-	91.081	(91.081)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		194.000	-	16.398	170.210	6.006	386.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
1. Contexto operacional: O Banco Yamaha Motor do Brasil S.A. ("Banco Yamaha") com Sede em Guarulhos – SP é controlado pela Yamaha Motor (Brasil) Participações Ltda, empresa integrante do Grupo Yamaha Motor do Brasil. Foi constituído em 24 de julho de 2008 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de setembro de 2008. Inicou suas atividades em 3 de novembro de 2008, para operar como banco múltiplo com operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.			
2. Elaboração e publicação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, emanadas das normas consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações normativas pelo Banco Central do Brasil, introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09. Também foram observadas na elaboração dessas demonstrações financeiras as diretrizes emanadas da Resolução CMN nº 4.818/20 que consolidou os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e da Resolução BCB nº 2/20 quanto aos prazos para divulgação, a forma, o conteúdo e o método de elaboração das demonstrações financeiras a serem observados pelas instituições financeiras. Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as referidas normas. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 07 de março de 2022.			
3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras: a) Ajuste do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando o critério "pro rata temporis" para aqueles de natureza financeira. b) Caixa e equivalentes de caixa: Para fins da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, que exige que seja observado o pronunciamento técnico CPC 09/20, são representados em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluindo a rubrica de "Disponibilidades" contemplando as "Aplicações interfinanceiras de liquidez" com prazo inicial de até 90 dias da aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. c) Ativo circulante e não circulante-realizável a longo prazo: Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações de crédito foram classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda provável). Com base na Resolução CMN nº 2.682/99, é vedado o reconhecimento no resultado do período de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação pelo prazo mínimo de seis meses, contados a partir de sua classificação nesse nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidas. As rendas de operações de crédito são reconhecidas para as operações em curso normal e operações com até 59 dias de atraso. As rendas de operações com atraso superior a 59 dias apenas são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Foi compilada pela Resolução CMN nº 4.855/20 a Resolução CMN nº 4.803/20 para dispor acerca dos critérios para a mensuração da perda por perdas esperadas associadas ao risco de crédito renegociadas frente à pandemia da COVID-19, permitindo às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, reclassificar para o nível em que estavam classificadas no dia 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020, não se aplicando as operações: I - Com atraso igual ou superior a quinze dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos; em 29 de fevereiro de 2020; e II - Com evidências de incapacidade de a contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas. Outros ativos: São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro rata die") auferidos e, quando aplicável, ajustado aos valores de mercado ou de realização. d) Instrumentos financeiros derivativos: De acordo com a Circular nº 3.082/02, do BACEN, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de swap devem ser avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando os ganhos e as perdas não realizadas no resultado do período. Os valores relativos a exposição global a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa "pro rata die" até a data do balanço. Alguns instrumentos financeiros derivativos foram designados como instrumento de "hedge", classificados na categoria como "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos itens objeto de "hedge" estão ajustados ao valor de mercado. A categoria "hedge de fluxo de caixa" é destinada a compensar riscos decorrentes da exposição à variabilidade no fluxo de caixa, atribuível a um determinado risco associado com um ativo ou passivo reconhecido, que possa afetar o resultado. A parcela efetiva das variações no valor de mercado desses instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida às contas de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, pelo valor líquido de efeitos tributários. A parcela da variação no valor de mercado não efetiva do "hedge" deve ser reconhecida diretamente no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "hedge" contábil estabelecidos pelo BACEN, utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. De acordo com a Resolução CMN nº 4.748/19, deve ser observado o pronunciamento técnico CPC 46 para adoção dos critérios para a mensuração do valor justo de elementos patrimoniais e de resultado. O Banco Yamaha classifica as mensurações do valor justo utilizando a hierarquia de valor justo que prevê os seguintes níveis hierárquicos: Nível 1: determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: são os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Nível 3: são derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Os derivativos (swaps) negociados em balcão são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo. 11. Hedge accounting: O Banco Yamaha Motor do Brasil S.A. efetua operações de captação indexadas ao dólar e, em consonância com sua estratégia de gerenciamento de risco, no mesmo dia em que os empréstimos são captados, contrata instrumentos financeiros derivativos, exatamente nas mesmas condições do empréstimo em moeda estrangeira, a fim de trocar a exposição cambial por uma exposição pré-fixada, na moeda local. Seguem abaixo as operações designadas como hedge:			

Aplicações no mercado aberto			
	2021	2020	
Notas do Tesouro Nacional - NTN (Nota 4).....	110.497	110.497	99.437
Total	110.497	110.497	99.437
6. Instrumentos financeiros derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos do Banco Yamaha têm como objetivo a proteção da operação de captação de recursos. As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação e estão registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Os Instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas taxas divulgadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Em 31 de dezembro, a carteira de derivativos é formada por operações de swap de taxa de juros e de variação cambial com vencimentos até setembro de 2025, conforme abaixo:			
11. Hedge accounting: O Banco Yamaha Motor do Brasil S.A. efetua operações de captação indexadas ao dólar e, em consonância com sua estratégia de gerenciamento de risco, no mesmo dia em que os empréstimos são captados, contrata instrumentos financeiros derivativos, exatamente nas mesmas condições do empréstimo em moeda estrangeira, a fim de trocar a exposição cambial por uma exposição pré-fixada, na moeda local. Seguem abaixo as operações designadas como hedge:			
a) Hedge de fluxo de caixa			

Objeto do Hedge (Nota 15)	Classificação	Principal Objeto e Instrumento		Valor de Mercado		Líquido	
		Valor	Instrumento de Hedge	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Por tipo	Por tipo	Valor	Instrumento de Hedge	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empréstimo no país em moeda estrangeira.....	Hedge de fluxo de caixa	199.097	205.849	205.849	193.965	(7.122)	(7.122)
Empréstimo no exterior.....	Hedge de fluxo de caixa	61.153	64.778	64.778	61.727	(3.798)	(3.798)
Total		260.250	270.627	270.627	255.692	(10.920)	(10.920)

Objeto do Hedge (Nota 15)	Classificação	Principal Objeto e Instrumento		Valor de Mercado		Líquido	
		Valor	Instrumento de Hedge	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Por tipo	Por tipo	Valor	Instrumento de Hedge	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empréstimo no país em moeda estrangeira.....	Hedge de fluxo de caixa	169.997	175.006	168.663	165.429	(3.155)	(3.155)
Empréstimo no exterior.....	Hedge de fluxo de caixa	117.586	125.040	131.363	138.369	(8.814)	(8.814)
Total		287.583	300.046	300.046	303.798	(6.969)	(6.969)

(* No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o saldo registrado no patrimônio líquido de R\$ 10.920 (R\$ 6.969 em 2020), sendo R\$6.006 (R\$3.832 em 2020) líquido dos efeitos tributários, considera apenas o ajuste de marcação a mercado de instrumentos (swaps) e objeto (empréstimos) de "hedge".

8. Operações de crédito			
a) Composição das operações de crédito por tipo de operação			
	2021	2020	
	Até 365 dias	Acima 365 dias	Total
Financiamentos.....	736.189	970.968	1.707.157
Total	736.189	970.968	1.707.157

b) Composição das operações de crédito por setor de atividade			
	2021	2020	
	Carteira	Distribuição	Carteira
	Até 365 dias	2,99%	12,762
Setor privado.....	511.200	97,01%	1.382.760
Comércio.....	1.656.037	97,01%	1.382.760
Pessoa física.....	1.707.157	100,00%	1.395.522
Total	1.707.157	100,00%	1.395.522

c) Composição das operações de crédito por prazo de vencimento (por parcelas)			
	2021	2020	
	Carteira	Distribuição	Carteira
Vencidos:			
A partir de 15 dias.....	37.795	2,21%	23.794
A vencer:			
De 1 a 90 dias.....	235.377	13,79%	166.464
De 91 até 365 dias.....	463.017	27,12%	416.410
De 1 a 3 anos.....	182.538	10,71%	718.168
Acima de 3 anos.....	828.430	48,18%	514.675
Total	1.707.157	100,00%	1.395.522

e) Composição das operações de crédito e correspondente provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por níveis de risco estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil			
	2021	2020	
	Carteira	Distribuição	Carteira
Operações em atraso.....	3.051	0,18%	872
De 91 até 365 dias.....	19.681	1,15%	4.007
12º ao 21º.....	9.202	0,54%	2.468
22º ao 51º.....	10.786	0,63%	3.478
52º ao 101º.....	6.587	0,39%	2.941
Demais.....	1.657.850	97,11%	1.391.758
Total	1.707.157	100,00%	1.395.522

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			
	2021	2020	
Saldo início do exercício.....	80.736	72.942	
Provisão constituída/reversões (líquida).....	101.728	80.080	
Créditos baixados como prejuízo.....	(74.841)	(72.286)	
Saldo final do exercício	107.623	80.736	

9. Outros ativos - diversos			
	2021	2020	
Devedores diversos - país.....	352	49	49
Antecipações salariais.....	179	106	106
Adiantamento para pagamento por nossa conta.....	24	24	8
Devedores por depósito em garantia.....	816	816	835
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 24.a).....	143	143	30
Impostos e contribuições a compensar.....	10	10	-
Total	708	816	1.028

10. Imobilizado de uso: A seguir estão apresentados os dados referentes à composição do ativo imobilizado:			
	2021	2020	
Equipamento de processamento de dados.....	20	393	(1

...continuação				
...continuação	2021		2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Adições Permanentes	2.315	1.639	1.839	1.198
Exclusões temporárias: decorrentes principalmente de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, créditos baixados como prejuízo, riscos, provisão para comissões sob vendas de cotas de consórcio e MTM de operações de swap, pagamentos e PLR	(185.743)	(185.743)	(175.084)	(175.084)
Base de Cálculo dos Tributos	136.802	136.126	115.992	115.351
Alíquotas Médias	25%	20% e 25%	25%	20%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(32.566)	(31.182)	(27.652)	(21.807)
Ajuste de exercício anterior	-	-	(168)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido				
sobre adições temporárias.....	1.609	1.288	2.592	3.920
sobre exclusões temporárias.....	(13.035)	(10.428)	74	44
Total das despesas do exercício	(43.992)	(40.322)	(25.154)	(17.843)

A Emenda Constitucional nº 103/19 publicada no Diário Oficial da União em novembro de 2019, artigo 32º, alterou as disposições normativas previstas na Lei nº 7.689/88 majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as instituições financeiras e equiparadas. A alteração elevou de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento) a partir de 1º de março de 2020. A Lei nº 14.183/21, publicada no Diário Oficial da União em julho de 2021, no seu artigo 1º, alterou as disposições normativas previstas na Lei nº 7.689/88 majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as instituições financeiras e equiparadas. A alteração elevou de 20% (vinte por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) a alíquota da CSLL a partir de 1º de julho de 2021 com vigência até 31 de dezembro de 2021, sendo que após 1º de janeiro de 2022 a alíquota retornou ao patamar de 20%. Sendo assim a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) aplicada aos créditos tributários registrados em dezembro de 2021 foi de 20% (20% em dezembro de 2020). **b) Constituição dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e obrigações fiscais diferidas:** Amparada em seu estudo técnico realizado conforme disposições das Resoluções nºs 3.059/02 e 3.355/06 revogadas pela Resolução CMN nº 4.842/20 do BACEN que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, e nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, foram registrados os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, conforme composição abaixo:

Créditos Tributários sobre diferenças temporárias	2021		2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Saldo no início do exercício.....	46.436	37.149	83.585	43.844
Constituição/realização.....	1.609	1.287	2.896	2.592
Saldo no final do exercício	48.045	38.436	86.481	46.436

A base da obrigação fiscal diferida era composta de diferença temporária de marcação a mercado de operações com derivativos (*swap*):

Obrigações Fiscais Diferidas	2021		2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Saldo no início do exercício.....	-	-	(74)	(44)
Constituição/realização.....	(13.035)	(10.428)	(23.463)	74
Saldo no final do exercício	(13.035)	(10.428)	(23.463)	-

c) Composição dos Créditos tributários I - Composição dos Créditos tributários sobre diferenças temporárias

	2021	2020
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	82.637	69.825
Ajuste a valor de mercado – SWAP.....	-	10.212
Provisões para passivos contingentes.....	1.189	1.535
Outras adições temporárias.....	2.655	2.013
Total	86.481	83.585

II - Composição dos Créditos tributários sobre ajustes de avaliação patrimonial

	2021	2020
Ajuste valor de mercado - Hedge Fluxo de Caixa (Objeto de Hedge).....	-	1.408
Ajuste valor de mercado - Hedge Fluxo de Caixa (Instrumento de Hedge).....	-	1.728
Total	-	3.136

Total de Ativos Fiscais Diferidos no Ativo não Circulante..... **86.481** / **86.721**

III - Composição das Obrigações Fiscais sobre diferenças temporárias

	2021	2020
Ajuste a valor de mercado - SWAP.....	(23.463)	-
Total	(23.463)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
IV - Composição das Obrigações Fiscais sobre ajustes de avaliação patrimonial					
	2021		2020		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Ajuste valor de mercado - Hedge Fluxo de Caixa (Instrumento de Hedge)	(4.914)	-	-	-	-
Total	(4.914)	-	-	-	-
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	(28.377)	-	-	-	-

Com base na Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários e as Obrigações Fiscais devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários sobre diferenças temporárias: O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização em até cinco anos se apresenta a seguir:

	2021		2020		
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2021.....	-	-	-	-	43.168
2022.....	19.513	15.611	35.124	-	29.375
2023.....	22.334	17.868	40.202	-	5.529
2024.....	2.742	2.193	4.935	-	3.416
2025.....	2.761	2.208	4.969	-	2.097
2026.....	695	556	1.251	-	-
Total	48.045	38.436	86.481	-	83.585

Em dezembro de 2021, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa SELIC de 9,25% a.a. (2,00% em dezembro 2020), totalizava R\$73.909 (R\$80.821 em dezembro 2020).

e) Constituição dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e obrigações fiscais diferidas de ajustes patrimoniais

Créditos Tributários	2021		2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Saldo no Início do Exercício.....	1.742	1.394	3.136	961
Sobre MTM Hedge de Fluxo de Caixa – Instrumento de Hedge				
Constituição/Realização.....	(782)	(626)	(1.408)	19
Sobre ajustes de Hedge de Fluxo de Caixa – Objeto de Hedge				
Constituição/Realização.....	(960)	(768)	(1.728)	762
Saldo no Final do Exercício	(2.730)	(2.184)	(4.914)	-

Obrigações Fiscais

Obrigações Fiscais	2021		2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Saldo no Início do Exercício.....	-	-	-	-
Sobre MTM Hedge de Fluxo de Caixa – Instrumento de Hedge				
Constituição/Realização.....	(648)	(518)	(1.166)	-
Sobre ajustes de Hedge de Fluxo de Caixa – Objeto de Hedge				
Constituição/Realização.....	(2.082)	(1.666)	(3.748)	-
Saldo no Final do Exercício	(2.730)	(2.184)	(4.914)	-

19. Outras despesas administrativas

	2021	2020
Serviços de Terceiros.....	(12.600)	(12.553)
Processamento de Dados.....	(8.938)	(7.008)
Serviços do Sistema Financeiro.....	(6.712)	(7.536)
Serviços Cobrador.....	(3.762)	(3.516)
Serviços Técnicos Especializados.....	(3.415)	(2.720)
Promoções, Propaganda e Publicidade.....	(5.650)	(3.091)
Doações.....	(1.610)	(1.186)
Comissões de Concessionárias.....	(3.330)	(1.390)
Outras Despesas Administrativas - Partes Relacionadas * (Nota 24.a).....	(1.625)	(1.338)
Comunicações.....	(1.503)	(1.341)
Aluguéis.....	(355)	(528)
Campanha de Cobrança.....	(161)	(232)
Amortização e Depreciação.....	(281)	(281)
Despesas com Custas Judiciais.....	(1.198)	(282)
Viagens.....	(122)	(159)
Outros.....	(908)	(597)
Total	(52.530)	(43.758)

(*) Outras despesas administrativas - partes relacionadas são representadas substancialmente

por serviços técnicos especializados.

20. Outras receitas e despesas operacionais: Referem-se substancialmente por provisão de contingências, indenizações ao consumidor e descontos concedidos para recebimento de parcelas.

21. Rendas de tarifas bancárias: Referem-se substancialmente a tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

22. Resultado não operacional: Referem-se substancialmente por prejuízo na alienação de bens não de uso próprio e provisões para desvalorização de bens não de uso próprio.

23. Resultado não Recorrente: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Banco não teve eventos classificados como não recorrentes conforme disposições da nota explicativa nº 3.n.

24. Transações com partes relacionadas: a) Transações com empresas ligadas

Operações/partes relacionadas (Ativo/Passivo)

	2021	2020
Outros créditos - valores a receber sociedades ligadas (Nota 9)		
Yamaha Motor do Brasil Ltda.....	69	10
Yamaha Motor da Amazônia Ltda.....	2	2
Yamaha Adm. de Consórcio Ltda.....	65	18
Yamaha Motor Corretora de Seguros Ltda.....	7	-
Total	143	30
Outras obrigações - valores a pagar sociedades ligadas		
Yamaha Motor do Brasil Ltda.....	(496)	(165)
Yamaha Motor da Amazônia Ltda.....	(68)	(4)
Yamaha Adm. de Consórcio Ltda.....	(8)	-
Yamaha Motor Corretora de Seguros Ltda.....	(12)	-
Total	(584)	(169)

Emissão de certificado de depósito bancário (Nota 13)

	2021	2020
Yamaha Adm. de Consórcio Ltda.....	(116.087)	(101.229)
Yamaha Motor do Brasil Ltda.....	(7.780)	(43.069)
Yamaha Motor Componentes da Amazônia Ltda.....	(7.475)	(18.975)
Yamaha Motor da Amazônia Ltda.....	(60.145)	(33.267)
Yamaha Motor Corretora de Seguros Ltda.....	(28.578)	(3.517)
Yamaha Motor do Brasil Logística Ltda.....	(4.608)	(13.635)
Yamaha Motor Serviços Financeiros Ltda.....	(178)	(170)
Total	(224.851)	(213.862)

Operações/partes relacionadas (Despesas)

	2021	2020
Outras despesas administrativas (Nota 19)		
Yamaha Motor do Brasil Ltda.....	(1.609)	(1.319)
Yamaha Motor da Amazônia Ltda.....	(16)	(19)
Total	(1.625)	(1.338)

Despesas de captação - Emissão de certificado de depósito bancário

	2021	2020
Yamaha Adm. de Consórcio Ltda.....	(4.827)	(2.452)
Yamaha Motor do Brasil Ltda.....	(1.020)	(1.122)
Yamaha Motor Componentes da Amazônia Ltda.....	(330)	(801)
Yamaha Motor da Amazônia Ltda.....	(1.463)	(1.232)
Yamaha Motor Corretora de Seguros Ltda.....	(762)	(564)
Yamaha Motor do Brasil Logística Ltda.....	(342)	(344)
Yamaha Motor Serviços Financeiros Ltda.....	(7)	(241)
Total	(8.751)	(6.756)

b) Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores prevista em Assembleia, para o exercício de 2021, foi fixada no montante global anual de R\$3.498 (R\$3.377 em 2020), que inclui salários encargos e benefícios, tendo sido efetivamente pago no exercício de 2021 o montante de R\$3.272 (R\$3.526 em 2020). O programa próprio de remuneração variável do Banco Yamaha observa os critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.921/10, do BACEN, que prevê o pagamento dessa remuneração aos Dirigentes para os três anos subsequentes, tendo sido efetivamente pago no exercício de 2021 R\$591 (R\$525 em 2020).

25. Gerenciamento de riscos: a) Risco operacional: Em atendimento a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Gerenciamento de Capital, o Banco Yamaha conta com a estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais adequada ao porte da organização. Norteando essa estrutura foram implementados processos, políticas e procedimentos necessários para que os Riscos Operacionais sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados à Alta Administração. O relatório referente ao Gerenciamento de Riscos Operacionais encontra-se disponível na sede do Banco Yamaha. **b) Gestão integrada de riscos:** Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o gerenciamento de Riscos deve atuar de forma integrada, dessa forma, a Instituição instituiu a Gestão Integrada de Riscos (GIR) com a missão de atuar de maneira ativa e independente na redução da exposição dos riscos a níveis aceitáveis, alinhados ao nosso apetite a risco. A gestão dedicada aos riscos está segregada em Riscos Não Financeiros e Riscos Financeiros e avaliada de forma agregada, visando assegurar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos, em conjunto com as demais áreas da primeira e terceira linhas de defesa. Para maiores informações, o relatório de Pilar 3 (Resolução BCB 54/20, BACEN) com a visão geral do gerenciamento de riscos encontra-se disponível no site da Instituição: <https://www3.yamaha-motor.com.br/bancoyamaha>. **c) Risco de mercado:** Em atendimento a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição implementou a estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado de forma compatível com o modelo de negócio e a natureza das operações. Atua de forma

independente das estruturas de operações de Tesouraria, e é subordinada a Diretoria de Riscos e Compliance. Para apuração do risco da carteira banking, realiza o acompanhamento do (i) IRRBB (Interest Rate Risk of the Banking Book), para avaliar o nível de exposição, além de medidas de sensibilidade para capturar os impactos de movimentos adversos na taxa de juros no resultado do Conglomerado Financeiro, como (ii) VaR e o VaR Estressado, (iii) Backtesting e (iv) GAP Analysis. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado encontra-se disponível no site da Instituição: <https://www3.yamaha-motor.com.br/bancoyamaha>. **d) Risco de liquidez:** Em atendimento a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição implementou a estrutura para Gerenciamento do Risco de Liquidez para realização do acompanhamento e controle de adequação de suas obrigações de acordo com os limites estabelecidos pelo Apetite de Riscos e aos normativos expedidos pelo regulador local, para tal, realiza o cálculo e divulgação do Caixa Mínimo, Projeção de Fluxo de Caixa, *GAP Analysis* de taxa, Concentração de *Funding* e estabelecimento de métricas para acionamento do plano de contingência em cenários de crise de liquidez. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez encontra-se disponível no site da Instituição: <https://www3.yamaha-motor.com.br/bancoyamaha>. **e) Risco de crédito:** Em atendimento a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição implementou a estrutura para Gerenciamento do Risco de Crédito compatível com o planejamento, a estratégia e o apetite de riscos definidos pela Alta Administração, dessa forma, dentre suas responsabilidades consta a recomendação de limites, avaliação de exposição e tendência, acompanhamento de eficiência da política de concessão de crédito, garantindo que os níveis de provisionamento sejam suficientes para a cobertura de perdas esperadas e inesperadas. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito encontra-se disponível no site da Instituição: <https://www3.yamaha-motor.com.br/bancoyamaha>. **f) Gerenciamento de capital:** Em atendimento a Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Capital implementada pelo Banco Yamaha Motor utiliza mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, a otimização do uso do capital e a antecipação das necessidades futuras de aumento de capital para sustentar os objetivos estratégicos da Instituição. A política relacionada à Gestão de Capital, estabelece papéis e responsabilidades, as métricas do gerenciamento de capital, os limites operacionais e o plano de contingência, para fins de manutenção dos limites prudenciais adequados ao regulador local. A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se disponível no site da Instituição: <https://www3.yamaha-motor.com.br/bancoyamaha>. Em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular nº 3.748/15, que está alinhada com as recomendações contidas nos documentos conhecidos como Basileia III, divulgadas com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira. O Banco Yamaha adequou seus processos e sistemas e realiza o cálculo e acompanhamento da razão de alavancagem. O cálculo da razão de alavancagem encontra-se disponível no site da Instituição: <https://www3.yamaha-motor.com.br/bancoyamaha>. **g) Limites operacionais (Basileia e Imobilização):** Em atendimento a Circular nº 3.930/19 e Resolução CMN 54/20, o Banco Yamaha Motor divulga anualmente informações com a visão geral do gerenciamento de riscos e capital. O índice de Basileia apurado pela Instituição para o exercício findo em dezembro de 2021, calculado em bases prudenciais em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, foi de 33,31% (29,27% em 2020). As composições do Patrimônio de Referência, dos Ativos ponderados pelo Risco (RWA) e Índice de Basileia estão assim representadas:

	2021	2020
Patrimônio líquido.....	476.269	356.313
Outros ajustes.....	(547)	(855)
Patrimônio de referência	475.722	355.458
Ativos ponderados pelo risco		
Risco de crédito.....	1.345.230	1.145.678
Risco operacional.....	82.839	68.674
RWA total	1.428.069	1.214.352
Índice de Basileia	33,31%	29,27%

O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias em bases prudenciais encontra-se disponível no site da Instituição: <https://www3.yamaha-motor.com.br/bancoyamaha>. Em atendimento à Resolução CMN nº 2.283/96, os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2021, o índice de imobilização foi de 0,08% (0,15% em 2020).

26. Outras Informações: Impactos da Pandemia Covid-19: A administração do Grupo Yamaha vem monitorando os efeitos da pandemia COVID-19 e desde o início foi instaurado um Comitê de Gestão de Crise que acompanha os efeitos da propagação da pandemia e os seus impactos nas operações do Grupo Yamaha como um todo, bem como acompanha as ações governamentais que visam mitigar os efeitos desta pandemia. O Banco Yamaha vem atuando de forma tempestiva, mantendo suas atividades, priorizando sempre as necessidades dos clientes, onde especificamente foi oferecido um plano de prorrogação de parcelas concedidos para os clientes com objetivo de proporcionar maior capacidade financeira. Em relação aos modelos de riscos o Banco também atuou de forma conservadora, o que proporcionou a manutenção, em patamares controlados, a qualidade da carteira de crédito. O relacionamento com seus principais parceiros foi refinado, adequando o formato de atendimento e formalização, possibilitando alternativas para a originção dos negócios. Para os colaboradores, reforçou seu compromisso com a transformação, estendendo o modelo de *home office*, onde observou-se o engajamento e o aumento da produtividade.

A DIRETORIA **Contadora: Gláucia Marisa de Paula - CRC nº 1SP201537/0-1**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

AosACIONISTAS e administradores do **Banco Yamaha Motor do Brasil S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Yamaha Motor do Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Yamaha Motor do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco. **1. Operações de crédito:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 8, em 31 de dezembro de 2021, a carteira de

operações de crédito era de R\$ 1.707.157 mil, e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 107.623 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela administração, além de testes de controles e substantivos relacionados à concessão, monitoramento, mensuração da provisão para perdas e o registro das operações de crédito e os seus juros correspondentes. Além disso, para uma amostra de operações de crédito, realizamos testes de existência, verificação da adequação das análises de crédito e recálculo dos saldos das operações na data base. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **2. Ambiente de tecnologia:** As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliarem na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações. Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de

conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho